



# IGREJA DE CRISTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

## ESCOLA BÍBLICA



MÓDULO I - O NOVO TESTAMENTO  
AULA XXVI - O CÂNON DO NOVO  
TESTAMENTO

## Introdução

No fim do primeiro século, os livros que hoje compõem o Novo Testamento tinham alcançado seus destinos. Nem todos eles eram conhecidos de todos os cristãos no começo. Pelo contrário, é bem provável que os primeiros cristãos não viram todos os evangelhos, nem todas as cartas de Paulo, nem todas as outras cartas antes do fim do primeiro século. Além disso, muitos dos evangelhos, atos e cartas apócrifos, circularam durante o segundo século e eram aceitos por alguns grupos, senão não teriam sobrevivido.

Por qual critério alguns foram aceitos e outros rejeitados? Por qual critério foram os quatro evangelhos, Atos, as treze cartas de Paulo, as outras cartas e Apocalipse colocados juntos para formar o Novo Testamento, enquanto outros livros tendo quase a mesma idade foram excluídos? Estas questões constituem o problema do cânon do Novo Testamento.

## Definição

A palavra "cânon" deriva da palavra grega "kanōn" que significava "cana" e depois passou a significar "vara" ou "barra", e porque era usada como medida, passou a significar metaforicamente "padrão". Em gramática significava uma regra de procedimento, em cronologia, uma tabela de datas, em literatura, uma lista de trabalhos que deveriam ser corretamente atribuídos a um dado autor. Por exemplo, o "cânon de Platão" se refere à lista de tratados que podem ser atribuídos a Platão como sendo genuinamente seus.

Contrariamente ao princípio usado na maioria da literatura, o cânon do Novo Testamento não pode ser determinado somente com base na autoria. Nove homens escreveram livros dele, e nem há alguma razão especial porque somente estes nove autores devessem ser escolhidos. Não há uma explicação porque Filipe, por exemplo, não fosse inspirado para escrever um evangelho como Mateus foi. Com certeza o critério que faz desses livros canônicos não é uniformidade de autoria humana. Por outro lado, se pudesse ser mostrado que algum livro do Novo Testamento foi falsamente atribuído à pessoa que leva o seu nome, seu lugar no cânon correria risco.

O cânon não pôde ser determinado inteiramente pela aceitação dos livros pela Igreja. Alguns foram prontamente e amplamente aceitos, alguns poucos foram hesitantemente aceitos por certas igrejas e não aceitos por outras, e alguns não eram mencionados até uma data relativamente tardia, ou seu direito de ser incluído no cânon foi disputado.

O critério verdadeiro de canonicidade é a inspiração (II Tm 3:16-17). Mas como demonstrar que um livro é inspirado por Deus? Nem todos os livros do Novo Testamento começam com a afirmação de que são inspirados por Deus. Alguns deles lidam com assuntos do dia a dia; outros contêm enigmas históricos, literários e teológicos que pode ser resolvidos somente com alguma dificuldade. Pode a inspiração deles ser demonstrada de maneira que satisfaça a todos?

A resposta a este problema possui três partes. Primeira, a inspiração destes documentos pode ser apoiada por seu conteúdo intrínseco. Segunda, a inspiração pode ser verificada pelo seu efeito moral. Terceira, o testemunho histórico da Igreja mostra qual valor foi colocado nestes livros, embora a Igreja não faça com que eles sejam inspirados ou canônicos.

Com relação ao seu conteúdo intrínseco, todos têm como tema central a pessoa e o trabalho de Jesus Cristo. Os evangelhos são biográficos, Atos narra os efeitos históricos de sua personalidade, as cartas dizem respeito a ensinamentos práticos e teológicos que emanam de uma consideração sobre ele, e Apocalipse prevê seu relacionamento futuro. A objeção de que qualquer personagem proeminente da antiguidade poderia ser imortalizado por um conjunto de literatura não é válido. Fora do Novo Testamento não há indicação de que Jesus Cristo era considerado importante pelos líderes e professores de seu tempo, e não havia razão natural pela qual os escritos a seu respeito sobrevivessem no mundo romano. O Novo Testamento admite que a mensagem sobre Cristo é "escândalo para os judeus e loucura para os gentios" (1 Co 1:23). Aos olhos de seus contemporâneos ele não significava mais do que qualquer outro aspirante a messias que fora suprimido pelo governo. Se a literatura a seu respeito persistiu e cresceu poderosamente, deve existir algo nela que produz tal efeito.

A mensagem a respeito da pessoa de Cristo era única. Cultos centrados em indivíduos não eram desconhecidos no primeiro século, mas estes indivíduos eram míticos, ou se eram históricos, a adoração a eles não se manteve por muito tempo. Esta mensagem única é centrada nos livros que são chamados de canônicos. Os evangelhos e os livros de atos apócrifos são mais relacionados com show de milagres do que com ensinamento e as poucas cartas apócrifas são mosaicos de peças tiradas dos livros reconhecidos com canônicos. Em

precisão de narrativa, em profundidade de narrativa, e em concentração na pessoa de Cristo, existe uma diferença sensível entre os livros canônicos e os não-canônicos.

Em efeitos morais e éticos os livros canônicos são diferentes. Toda literatura pode registrar o pensamento humano, alguma pode influenciá-lo profundamente, mas os livros do Novo Testamento o transformam. O poder deles é uma boa prova de sua inspiração. Embora este teste possa parecer muito subjetivo porque é baseado na resposta humana à palavra escrita, ele ainda é válido. Os escritos do Novo Testamento não são somente uma leitura que ajuda, eles são também uma dinâmica potente.

Seu efeito moral pode ser demonstrado por seu poder na Igreja. Embora não possa ser defendido que todo membro da Igreja primitiva possuísse uma cópia do Novo Testamento que ele estudava assiduamente, pode ser mostrado que os líderes o conheciam e usavam. Onde quer que sua mensagem fosse proclamada e recebida, a Igreja se expandia e trazia uma limpeza moral para a sociedade. Nem todos os cristãos do primeiro século tinham um caráter imaculado, nem a Igreja esteve sempre livre do mal. Contudo, entre o padrão moral do paganismo e o da Igreja, havia um grande abismo. Amor, pureza, mansidão, verdade, e muitas outras virtudes, que raramente existiam entre os pagãos, vieram à vida.

Os testes da mensagem divina e do poder moral destes livros não podem ser aplicados satisfatoriamente para um simples indivíduo em uma esfera limitada, ou alguém poderia argumentar que a dinâmica do cânon era apenas um efeito casual produzido pelo tempo e pelo temperamento. Quando o testemunho interno das próprias obras e o testemunho externo daqueles que as conheciam e as usavam concordam que estas obras são de Deus, o critério da canonicidade é mais correto.

## Testemunho Interno

Os próprios livros do Novo Testamento testificam a respeito da autoridade da mensagem. O Velho Testamento era citado livremente como "a Palavra de Deus" inspirada e útil para a fé e a vida (II Tm 3:15-17, II Pe 1:20-21, Hb 8:8, At 28:25). Junto a isso, havia um apelo para a "Palavra do Senhor", uma referência aos ensinamentos de Jesus (I Co 9:9, 13-14; I Ts 4:15; I Co 7:10,25). Estas duas normas eram observadas como autoridade divina para os ensinamentos da Igreja primitiva.

Adicionalmente, pode ser observado o apelo para a revelação divina de e através de mensageiros comissionados (os apóstolos). Paulo proclamava ter sido enviado "não da parte de homens, nem por meio de pessoa alguma, mas por Jesus Cristo e por Deus Pai" (Gl 1:1), e que seu evangelho não foi recebido e nem ensinado por homens, mas "eu o recebi de Jesus Cristo por revelação" (Gl 1:12). Seu evangelho foi aceito por seus leitores "não como palavra de homens, mas conforme ele verdadeiramente é, como palavra de Deus" (I Ts 2:13). Qualquer outra mensagem que contrariasse o que ele dizia não era de Deus, e seria amaldiçoado qualquer um que anunciasse "outro evangelho" ou que fosse desobediente ao ensinamento apostólico (Gl 1:6-9, II Ts 3:14).

Desde cedo a autoridade das cartas de Paulo foi reconhecida pela Igreja. Então um passo foi dado em direção à idéia de um cânon quando se implicou que as cartas de Paulo eram vistas no mesmo nível das "outras escrituras" (II Pe 3:15-16).

Logo, junto com o apelo ao Velho Testamento, pode ser deduzido que uma nova norma foi construída na Igreja, que incluía em primeiro lugar o Senhor e a seguir os apóstolos eram testemunhas da mensagem do Senhor.

## Testemunho Externo

A distinção entre livros canônicos e não canônicos foi o produto de uma consciência espiritual crescente. A Igreja não determinou o cânon. Ela reconheceu o cânon. Nenhum concílio da Igreja poderia criar um cânon, já que inspiração é a qualidade essencial de canonicidade e nenhum grupo ou concílio poderia soprar inspiração em livros que já existiam. Tudo o que os concílios poderiam fazer era dar suas opiniões sobre que livros eram canônicos e quais não eram, e então deixar que a história justificasse ou revertisse seus veredictos.

Os testemunhos externos à existência de um Novo Testamento canônico são o informal e o formal. O testemunho informal consiste do uso feito dos livros do Novo Testamento pelos líderes da Igreja primitiva. Suas citações atestam a existência e a autoridade dos livros, já que livros que não existem não podem ser citados, e a maneira de citá-los mostra se a citação implica autoridade ou apenas uma alusão casual. O testemunho formal é encontrado nas listas ou cânones que foram compilados como possuindo autoridade ou nos registros dos concílios que lidaram com a questão.

Citações, claro, podem ser questionadas, já que podem ser tão indiretas que sua origem seja incerta. Em muitos exemplos, entretanto, mesmo se a citação for imprecisa, seu vocabulário e conteúdo podem identificá-la como pertencendo a um livro que o autor da citação tenha tomado conhecimento e usado.

## As Testemunhas Informais

Provavelmente o documento mais antigo que cita algum dos livros do Novo Testamento é I Clemente, ele próprio considerado canônico por alguns cristãos. Ele é encontrado no Codex Alexandrino, junto com os livros do Novo Testamento. Ele foi escrito em Roma para a igreja em Corinto, e é geralmente datado em 95 DC. Nele há alusões claras a Hebreus, I Coríntios, Romanos, e ao evangelho de Mateus.

Inácio de Antioquia da Síria (cerca de 116 DC) conhecia todas as cartas de Paulo e citou Mateus, com uma possível alusão a João. Ele considerava como autoridades "os profetas, mas acima de tudo, o Evangelho", e ele considerava as palavras do Senhor (provavelmente na forma oral) como autoridade ao nível do Velho Testamento.

Policarpo de Esmirna (c. 150 DC) também era familiarizado com as cartas de Paulo e com o evangelho de Mateus. Ele citou I Pedro e I João, e provavelmente conhecia Atos.

O "Didache", produzido na primeira metade do segundo século, usou Mateus, Lucas e muitos outros livros do Novo Testamento.

A carta de Barnabé (c. 130 DC) citou Mateus, usando a frase formal "está escrito" para introduzir a citação. Esta passagem é uma evidência de que um texto dos evangelhos estava começando a ter um valor igual a uma escritura do Velho Testamento.

O "Pastor de Hermas", uma alegoria do começo do segundo século (c. 140 DC), fez alusão a Tiago.

Justin Martyr (c 100 a 165 DC), um grego sírio, que foi filósofo, se referiu a Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos e muitas das cartas de Paulo. Ele afirmou que "As memórias dos apóstolos", chamada de evangelhos, eram lidas todo domingo no culto da Igreja, junto com o Velho Testamento. Seu pupilo, Taciano, compôs a primeira harmonia dos evangelhos, chamada de "Diatessarão", que se tornou uma harmonia padrão para a Igreja por muitos anos.

Na época de Irineu, por volta de 170 DC, não havia dúvida sobre a autoridade do Novo Testamento. O crescimento do gnosticismo e de erros parecidos evocou uma enxurrada de literatura apologética que continuou até o tempo de Orígenes (c. 250 DC). A necessidade de uma base de autoridade para argumentação se tornou aparente e os apologistas se voltaram naturalmente para os escritos apostólicos. Irineu usou e citou por completo os quatro evangelhos, Atos, as cartas de Paulo, muitas das outras cartas e Apocalipse. Ele disse que poderia haver apenas quatro evangelhos, e qualquer tentativa de aumentar ou diminuir este número seria heresia. Ele citou Paulo mais de duzentas vezes. Em uma passagem ele criticou Marciano (gnóstico do século II) por dizer que apenas Lucas e as cartas de Paulo eram autênticas, o que implica que ele aceitava a autoridade não apenas dos livros aceitos por Marciano, mas de outros também. Irineu fez alusão a todos os livros do Novo Testamento, com exceção de Filemon e III João.

Tertuliano de Cartago (c 200 DC) citou todos os livros do Novo Testamento, com exceção de Filemon, Tiago, II e III João. Assim como Irineu, ele os citou não apenas para ilustração, mas para provar alguma verdade. Pelo reconhecimento para a Igreja do "completo instrumento de cada testamento", ele deixou claro que já havia um "Velho Testamento" e um "Novo Testamento".

Orígenes, o grande líder de Alexandria que foi contemporâneo de Tertuliano (c. 185 a 250 DC), além de ter tido contato com a igreja de sua cidade, também trabalhou intensamente em Roma, Antioquia, Cesaréia e Jerusalém. Ele dividiu os livros sagrados em dois grupos: *homologoumena* (palavra grega que significa algo como "que falam sobre o mesmo"), que eram aqueles sem dúvida nenhuma genuínos e aceitos por todas as igrejas, e o *antilegomena* (que significa algo como "dos quais se fala contra"), que eram aqueles disputados e não aceitos por todas as igrejas. O primeiro grupo incluía os evangelhos, treze cartas de Paulo, I Pedro, I João, Atos e Apocalipse. O segundo grupo incluía Hebreus, II Pedro, II e III João, Tiago e Judas. Neste segundo grupo ele também classificou o livro de Barnabé, o Pastor de Hermas, o Didache, e o evangelho de Hebreus. Em algumas ocasiões ele citou muitos destes como Escrituras, mostrando que ele não fez uma divisão do cânon tão parecida com o que acabou sendo feita alguns anos depois.

No período Niceno, Eusébio de Cesaréia (c. 265 a 340), seguiu os passos de Orígenes. Ele colocou na lista dos livros aceitos: os quatro evangelhos, quatorze cartas de Paulo (incluindo Hebreus), I Pedro, Atos, I João e Apocalipse. Entre os livros em disputa estavam Tiago, Judas, II Pedro, II e III João. Ele rejeitou veementemente os Atos de Paulo, o Apocalipse de Pedro, o Pastor de Hermas, e outros, e estabeleceu uma clara divisão entre as obras canônicas e as não canônicas.

Estes homens, que eram líderes na Igreja, e outros que não são mencionados aqui, falaram na maioria das vezes por eles mesmos. Seus julgamentos podem não ser infalíveis, mas eles não eram de forma alguma receptores sem crítica de rumores incertos. Da mesma forma que não concordavam unanimemente sobre a canonicidade de todos os livros do Novo Testamento, eles mostram que havia começada a formação de um cânon no tempo deles, e que alguns livros eram aceitos sem hesitação, enquanto outros eram vistos como duvidosos.

## As Listas Formais de Cânones

As listas de livros conhecidos ou aceitos pelas igrejas ou indivíduos podem ser deduzidas das citações e afirmações dos primeiros líderes. Entretanto, tais listas não eram oficiais e nem sempre eram representativas de nada mais do que gosto pessoal ou opinião. Algumas vezes elas representavam a prática geral, mas muitas vezes elas refletiam o cânon de uma localidade, ou de uma igreja, ou de um homem.

O primeiro cânon conhecido a ser adotado conscientemente por algum grupo unitário grande de pessoas foi o Cânon de Marcião, que surgiu por volta de 140 DC. Marcião era nativo de Sinope, na região do Ponto, onde seu pai era bispo. Ele era tão anti-judaico que repudiava o Velho Testamento inteiro, e esperava estabelecer um cânon do Novo Testamento que seria livre da influência judaica. Entre os evangelhos ele escolheu apenas Lucas, embora rejeitasse os dois primeiros capítulos por conterem o relato no nascimento da virgem Maria, e usava apenas dez cartas de Paulo, excluindo as cartas pastorais e Hebreus.

O cânon de Marcião produziu uma reação violenta na Igreja. Alguns dos livros rejeitados por ele eram vistos como tendo autoridade, e seus oponentes lutaram em defesa deles. Irineu o atacou, e Tertuliano escreveu cinco livros contra seus erros. A organização arbitrária de um cânon feita por Marcião mostrou que os livros incluídos por ele eram vistos como autênticos e que os livros que rejeitou eram aceitos como canônicos pelas massas.

Uma segunda lista de grande importância foi o Cânon Muratoriano, que recebeu seu nome de Muratori, um historiador e bibliotecário italiano que o encontrou na Biblioteca Ambrosiana de Milão em 1740. O manuscrito é do século VII, mas seu conteúdo foi originariamente escrito por volta do ano 170 DC. O manuscrito não está completo. Ele começa no meio de uma frase e o primeiro livro mencionado é Lucas, que é chamado de terceiro evangelho. É quase certo que Mateus e Marcos vinham antes de Lucas nesta lista. O próximo livro citado é João, contendo uma referência clara a I João. Atos, as treze cartas de Paulo, Judas, II e III João e Apocalipse também estão na lista. O escritor do documento rejeita as cartas de Paulo aos Laodiceanos, e a carta de Paulo aos Alexandrinos, e reconheceu o Apocalipse de Pedro, mas com receio, pois escreveu "alguns de vocês não acham que ele deve ser lido publicamente na igreja". Ele não menciona Tiago, Hebreus e as cartas de Pedro. Talvez ele não os conhecesse, embora seja bastante possível que ele conhecesse Hebreus por meio dos escritos de Clemente de Roma.

Uma lista africana do quarto século (c. 360 DC), de autoria desconhecida, incluiu os quatro evangelhos, treze cartas de Paulo, Atos, Apocalipse, três cartas de João, das quais o autor conhecia apenas uma, e duas de Pedro, das quais ele aceitava apenas uma como sendo genuína.

A "Carta Festiva" de Atanásio (c. 367 DC) distingue claramente entre "Escrituras inspiradas por Deus...escritas para nossos pais por aqueles que foram testemunhas oculares e servos da Palavra desde o começo" e os "ditos escritos secretos" dos hereges. Sua lista incluía os quatro evangelhos, Atos, Tiago, I e II Pedro, I, II e III João, Judas, as treze cartas de Paulo, Hebreus e Apocalipse. "Estes", disse Atanásio, "são fontes de salvação...não deixem que ninguém adicione ou tire algum deles".

## Os Concílios

O primeiro concílio no qual o assunto foi tratado foi o Concílio de Laodicéia em 363 DC. Aparentemente não foi uma assembléia para todas as igrejas, mas sim para as igrejas da região da Frígia. O 59º cânon deste concílio decretou que apenas livros canônicos no Novo Testamento deveriam ser lidos nos cultos. Há um 60º cânon com a lista deste livros, mas provavelmente não é genuíno.

O Terceiro Concílio de Cartago em 397 DC fez um decreto similar ao do Concílio de Laodicéia e submeteu uma lista de livros idêntica aos vinte e sete livros que existem no Novo Testamento atual.

O Concílio de Hippo, em 419 DC, reiterou a mesma decisão e a mesma lista.

## Conclusões

Pelos dados reunidos aqui, fica evidente que nem todos os livros que fazem parte atualmente do Novo Testamento eram conhecidos ou aceitos por todas as igrejas durante os quatro primeiros séculos. Alguns, como os evangelhos, eram conhecidos deste bem cedo. Outros, como Hebreus, eram conhecidos, mas eram questionados porque sua autoria era incerta. Ainda outros, como II Pedro, II e III João, não eram nem mencionados ou seu lugar no cânon era disputado. Nenhum destes livros foi aceito por compulsão eclesiástica. Os

concílios que discutiram o cânon não aconteceram antes do quarto século, quando o Novo Testamento já tinha se tornado as Escrituras da Igreja.

A aparente relutância com que certos livros como Tiago, II e III João e Judas foram aceitos no cânon não significa que eles sejam espúrios. Filemon, II e III João e Judas são tão curtos, que seriam citados apenas raramente, e além disso, foram enviadas para indivíduos cuja localização pode ser sido obscura. Diferentemente das cartas mais longas que foram enviadas para igrejas grandes ou que circularam dentro de províncias, as cartas menores não apareceriam ao público em geral até que houvesse necessidade delas ou até que as pessoas ou grupos para os quais foram enviadas chamassem a atenção para sua existência.

As variações no cânon, então, foram devidas a condições e interesses locais. Elas mostraram, contudo, que apesar dos shows de milagres e superstições, as igrejas e seus líderes não aceitavam todo manuscrito que possuísse o nome de um apóstolo ou que relatasse algum ensinamento ou história que não havia sido contada antes. O cânon existente emergiu de um corpo grande de tradição e especulação oral e escrita, e construiu seu lugar nas igrejas devido a sua autenticidade inerente e poder dinâmico. Dois fatores foram importantes para a escolha dos livros: autoria apostólica e um texto útil para a Igreja como um todo – critérios refletidos, por exemplo, no cânon muratoriano.

Três estágios no desenvolvimento inicial do cânon são notados. Primeiro, os escritos são citados individualmente por autores que tomaram a força de seu testemunho como indiscutível. Segundo, escritores como Irineu e Orígenes, que eram engajados em controvérsias, sentiram a necessidade de definir a autoridade deles, mas não apelaram para a decisão de nenhuma igreja. Por último veio o veredicto dos concílios, que foi seguido pelo julgamento dos líderes de sua época e do futuro, e estabeleceram uma distinção oficial entre as obras canônicas e as apócrifas.

Esta distinção apareceu nas listas de livros nas várias versões e manuscritos usados pelas igrejas. Os grandes manuscritos Sinaiticus (Aleph) e Vaticanus (B), datando do quarto século, originariamente incluíam todos os livros do Novo Testamento atual. A versão siríaca não admitiu II e III João, II Pedro, Judas e Apocalipse em seu cânon até o sexto século.

Um estudo dos vários livros citados, listas e cânones dos primeiros quatro séculos mostra que os livros mais disputados ou omitidos eram Tiago, Judas, II Pedro, II e III João e Filemon. Algumas razões podem ser levantadas para o porquê disso. Tiago foi escrito para os membros da dispersão judaica e continha pouco interesse doutrinário que satisfizesse a mente especulativa dos cristãos gregos. Judas, II e III João e Filemon são tão curtas que tinham pouco conteúdo que fosse de interesse geral. As últimas três também eram privadas ou semi-privadas em conteúdo, de maneira que talvez não tenham sido postas em circulação tão rapidamente quanto as cartas mais longas. II Pedro foi disputada até o tempo de Eusébio. Ela foi menos citada e mais discutida do que qualquer outra carta do Novo Testamento. Jerônimo escreveu que os primeiros líderes hesitavam em aceitar esta carta porque seu estilo era muito diferente do estilo de I Pedro. Se a aparente disparidade entre I e II Pedro é devida inteiramente à diferença entre seus redatores, talvez nunca se saiba. O fato de ter sido escrita para um grupo de pessoas fora das fronteiras cristãs para atingir uma emergência peculiar pode ser levado em conta para o fato de que as igrejas primitivas tivessem tido tão pouco contato com ela e para o seu status questionável entre os estudantes bíblicos nos três primeiros séculos.

Desde o quarto século não houve mudança material no cânon reconhecido, embora desde o período da Reforma até os dias atuais muitos pontos de vista individuais tenham sido expressos. Lutero virtualmente rejeitava a carta de Tiago, principalmente porque ela não parecia estar de acordo com a doutrina da justificação pela fé. Calvino não tinha certeza sobre II Pedro. Em tempos mais recentes a perseguição de críticos históricos tem quase dissolvido a idéia de qualquer cânon, pela comparação entre a literatura do Novo Testamento e a dos livros apócrifos e a dos escritos dos primeiros líderes da Igreja, uma comparação com relação a tempo e grau ao invés de espécie ou qualidade. Tal conclusão despiria o Novo Testamento de qualquer autoridade objetiva e tornaria impossível qualquer aplicação geral de sua verdade.

O cânon, então, não é o produto de qualquer julgamento arbitrário de uma pessoa, nem foi estabelecido pelo voto de um concílio. Ele foi o produto do uso de vários escritos que provaram seus méritos e sua unidade por sua dinâmica interna. Alguns foram reconhecidos mais lentamente do que outros por causa de seu menor tamanho, seu destino remoto ou privado, ou anonimato da autoria ou sua aparente falta de aplicabilidade para a necessidade eclesiástica imediata. Mas nenhum destes fatores diminuiu a inspiração de nenhum destes livros, nem seu direito a um lugar na Palavra de Deus.